

VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población
XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais
De 17/10/2016 a 22/10/2016
Hotel Bourbon, Foz do Iguaçu /PR – Brasil

Dinâmica das populações tradicionais nas reservas extrativistas brasileiras

Carolina Freixo (L-UM, FCA/Unicamp); Andressa Argenta (ICHSA, FCA/Unicamp);
Heloísa Correa (PPGDEM; IFCH/Unicamp); Álvaro de O. D'Antona (FCA/Unicamp).

Resumo

Sabe-se que a presença de residentes dentro de Unidades de Conservação, sejam populações tradicionais ou não, é uma realidade em muitas regiões do Brasil, inclusive em unidades de Proteção Integral. Contudo, estimar esta população traz desafios práticos que precisam ser enfrentados para um adequado acompanhamento da dinâmica das populações residentes, principalmente no entendimento de eventuais impactos da criação de UCs sobre a mobilidade e a redistribuição da população. No artigo combinamos duas perspectivas de análise. Dados de migração do Censo Demográfico 2010 da região Norte são utilizados para uma primeira aproximação de eventuais efeitos da existência de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação) sobre a mobilidade, na perspectiva intermunicipal. No passo seguinte, centramos atenções ao caso de uma única unidade, a Reserva Extrativista Auati-Paraná. Utilizamos dados de campo para verificar possíveis efeitos da criação da Resex na mobilidade e distribuição da população no recorte intramunicipal. A partir do que cada perspectiva oferece, discutem-se as formas de conexão dos dois conjuntos de informação e a pertinência de buscar tais conexões. O cálculo do coeficiente de correlação linear entre o saldo migratório de cada município do norte do Brasil e a porcentagem do território municipal recoberto por Áreas Protegidas, aponta para baixa correlação, mesmo no caso das Reservas Extrativistas. O estudo de caso indica que rearranjos da população e a mobilidade se dá, muitas vezes, no interior de um mesmo município e de forma recorrente, esses movimentos não são capturados pelos censos. Os dados de campo, sugerem a necessidade de aperfeiçoamento das medidas dos efeitos das unidades na escala regional (com dados censitários) para que se construa uma mais consistente relação entre o que as duas escalas tem a dizer sobre o caso das Resex, em especial, e das áreas protegidas, no geral, seja da perspectiva da manutenção dos recursos florestais, seja da perspectiva das condições de vida de seus moradores.

Palavras-chave: Reserva extrativista – Migração - Mobilidade espacial – Distribuição da População

Introdução

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil é um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas protegidas, construída no século passado nos Estados Unidos. Sua transposição para os países subdesenvolvidos mostra-se problemática, pois mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas, as quais, como decorrência do modelo adotado, devem ser retiradas de suas terras, transformadas em unidade de conservação para benefício das populações urbanas (ARRUDA, 1999).

A história de ocupação da região Amazônica está associada à presença de diferentes tipos de atores e atividades econômicas que se sucederam no tempo, refletindo as transformações na paisagem e perdas significativas da cobertura florestal (ESCADA, et.al, 2005). Segundo Queiroz (2005), a necessidade de utilização dos ambientes protegidos e de seus recursos naturais pelas populações tradicionais que habitam a Amazônia deixa claro que as unidades de conservação de Proteção Integral¹, por mais necessárias que sejam, nem sempre consistem na melhor estratégia para proteger a biodiversidade que se encontra em porções tradicionalmente ocupadas ou mesmo nas áreas de alta densidade populacional.

Entre as unidades de Uso Sustentável, destaca-se a Reserva Extrativista (RESEX): “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte” (MMA, 2015). Além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, um dos principais objetivos das Resex é proteger os meios de vida e a cultura de populações tradicionais (MMA, 2015).

Em consonância com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são ocupadas e manejadas por populações definidas como tradicionais. Tais áreas devem apresentar formas de ocupação compatíveis com o manejo sustentável dos recursos, com respeito aos meios de vida e à cultura dos moradores. As Resex possuem

¹ De acordo com o sistema nacional (SNUC, 2000), as unidades de proteção integral são restritivas quanto à presença de populações residentes, enquanto naquelas de uso sustentável a existência de moradores torna-se, em alguns casos, uma condição. A presença de populações tradicionais (ou residentes) em unidades de conservação é totalmente permitida apenas nas Reservas Extrativistas (Resex), nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e nas Florestas Nacionais (Flona). Nas unidades de conservação das categorias Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie), pode haver ocupação humana, embora o texto da lei não especifique em que grau e nem se a ocupação deve ser restringida às comunidades tradicionais.

grande relevância para o contexto amazônico por resultarem de um movimento iniciado pelos seringueiros acreanos nos anos 1980 que se generalizou por toda a região (ALLEGRETTI, 2008) e por representarem um modelo que busca articular demandas sociais de caráter local/regional que implicam na manutenção da “floresta em pé” (D’ANTONA, 2003). Conseqüentemente, são compatíveis com expectativas globais quanto ao sequestro de carbono.

A biodiversidade global pode ser extraordinariamente alta em áreas habitadas por seringueiros (BROWN; CARDOSO, 1989). Há biólogos que argumentam que, em relação a outras formas de ocupação, os extrativistas mantêm a cobertura florestal. Entre os seringueiros, a floresta é explorada através das “colocações”, unidades que articulam simultaneamente formas de uso comum e de utilização privada de um estoque definido de recursos naturais disponíveis (extração de látex, manejo agrícola, caça e pesca etc.) (ANDRADE, 2003).

A criação de uma Resex pode ter também impactos sobre a mobilidade e a redistribuição da população, influenciando dinâmicas na unidade e em seu entorno, inclusive aquelas entre porções definidas como rurais e urbanas. Tais incluem deslocamentos recorrentes entre áreas de residência e de produção, e a multilocalidade das unidades domésticas. A distribuição da população no interior das UC se dá de forma heterogênea e, geralmente, pouco dispersa (D’ANTONA; DAGNINO; BUENO, 2015).

No entanto, os impactos sobre a mobilidade e a distribuição da população em unidades como as Resex não são de fácil identificação a partir de fontes de dados censitários, o que limita a possibilidade de estudos comparativos regionais. A periodicidade dos Censos Demográficos não dá visibilidade às dinâmicas ocorridas nos intervalos entre dois censos; as dimensões dos setores censitários acabam por oferecer baixa resolução espacial dos dados, o que dificulta análises internas às unidades; os limites dos setores censitários não coincidem, necessariamente com os das unidades, o que borra a distinção entre tais unidades e seus entornos (D’ANTONA; DAGNINO; BUENO, 2013). Por outro lado, estudos de caso em unidades específicas revelam processos de deslocamentos e de redistribuição populacional intra-municipais e mesmo no interior de uma família ou residência, mas dificilmente se consegue relacionar, espacialmente, distintas experiências em distintas unidades aos dados censitários.

Sendo a mobilidade e a redistribuição da população de central importância para o entendimento das dinâmicas de População e Ambiente no interior das Reservas Extrativistas e em seus entornos, no artigo combinamos duas perspectivas de análise.

Dados de migração do Censo Demográfico 2010 da região Norte são utilizados para uma visão geral de eventuais efeitos da existência de unidades de conservação na perspectiva municipal sobre a mobilidade. No passo seguinte, centramos atenções ao caso de uma única unidades, a Reserva Extrativista Auati-Paraná. Utilizamos dados de campo para verificar possíveis efeitos da criação da Resex na mobilidade e distribuição da população no recorte intramunicipal. A partir do que cada perspectiva oferece, discutem-se as formas de conexão dos dois conjuntos de informação e a pertinência de buscar tais conexões.²

Reservas Extrativistas

No Brasil, foram criadas e estão regulamentadas, até fevereiro de 2016, 90 Reservas Extrativistas: 62 de gestão federal e 28 de gestão estadual. A maioria delas se concentra na região Norte do país, que totaliza 67 Resex em seu território, correspondendo a 74% do total de unidades desse tipo. A criação dessas UC, desde o final do século XX, se deu com o propósito de proteção da Floresta Amazônica e das populações tradicionais, em reação à abertura de fronteiras agrícolas na região.

Segundo Loureira e Pinto (2005), os governos militares pós-1964 implantaram políticas de desenvolvimento e integração da região amazônica ao mercado nacional e internacional, através de incentivos como vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos que quisessem investir novos capitais ao instalar empreendimentos na região. Ainda de acordo com estes autores, muitos empresários que receberam os incentivos não investiram os recursos em novas empresas na Amazônia, mas sim na compra de terras para especulação, incluindo a conversão de floresta em áreas de pastagem.

A abertura de estradas e implantação de novas infraestruturas no meio da Floresta Amazônica trouxe um confronto entre os trabalhadores extrativistas, presentes naquelas terras há mais de um século, e os pecuaristas, que desejavam obter o direito de propriedade das terras localizadas às margens das rodovias (RODRIGUES; PEREIRA, 2010). Em reação, houve a associação do movimento ambientalista com o dos trabalhadores extrativistas, denominado inicialmente de Movimento dos Seringueiros,

² O artigo se constrói coletivamente, no contexto do Projeto de Distribuição da população em unidades de conservação - Amazônia, 1991-2010 (456096/2014-0 - MCTI/CNPQ/Universal 14/2014), integrando os projetos de Carolina Freixo (iniciação científica, FCA/Unicamp), Andressa Argenta (mestrado, ICHSA, FCA/Unicamp), Heloísa Correa (doutorado, PPGDEM; IFCH/Unicamp).

que culminou numa grande articulação política e institucional, com líderes como o seringueiro Chico Mendes. Após uma série de articulações políticas, foram realizados estudos técnicos, envolvendo diversos especialistas, que conceberam um projeto de ocupação produtiva adequado à realidade da vocação florestal da Amazônia, que atualmente se constitui no modelo das Reservas Extrativistas (RODRIGUES; PEREIRA, 2010).

A realidade de uma Unidade de Conservação, com pessoas residindo dentro dos limites e usufruindo dos recursos disponíveis pode aparentar um conflito de interesses, porém como ressalta Coelho et. al. (2009, p.76) é importante lembrar que as UC quase sempre são vistas como objetos dados, áreas naturais, e não como objetos criados (concebidos, inventados, disputados). “Como objeto de investigação em construção, elas requerem que sejam reveladas as relações entre grupos sociais (tradicionalistas ou não) e recursos, bem como os processos de mudanças sociais, ambientais e territoriais”.

O desenvolvimento de novos produtos e novos mercados para produtos extrativos de áreas de conservação, isto é, produtos que são vistos pelo consumidor como “a um só tempo atraentes e compatíveis com a preservação do máximo da floresta-em-pé”. Nesse sentido é apropriado utilizar o termo ‘tecnologia apropriada’, ‘limpa’ ou ‘branda’ que, mais do que definir um perfil de tecnologia, opera por contraste com as tecnologias pesadas, complexas e inapropriadas que são incorporadas em regiões frágeis à ação antrópica como a Amazônia (ANDRADE, 2003, p. 4).

Ademais, o conceito de Resex conforma-se com o Desenvolvimento Sustentável, uma vez que há uma constante busca por alternativas para superar as contradições entre o crescimento econômico e a preservação ambiental. Vale notar que a sustentabilidade provém da eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica e implica uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente, garantindo os benefícios do contínuo uso dos recursos naturais na atualidade e no futuro (MACIEL, et. al 2010).

A criação de Reservas Extrativistas, concebidas pelo Movimento Seringueiro na década de 1980, representou a principal conquista de um movimento que se articulava com outros movimentos contra hegemônicos de luta pela terra e de garantia de um modo de vida e cultura autônomos. Segundo Cunha e Loureiro (2009), ao garantir a posse da terra (em apropriação coletiva) e a forma de utilização (segundo métodos tradicionais) tencionam a proteção ao direito individual de propriedade e, com ele, uma estrutura jurídica criada para tal. Como fundamento, existe o saber reconhecidamente pertencente às populações, construído no uso dos recursos naturais como condicionante

à sua sobrevivência.

Como desde a sua proposição esse modelo de UC baseava-se na existência de um Estado capaz de garantir as demandas dos seringueiros, com protagonismo das populações mobilizadas, a presença humana passa ser um componente central. Sendo uma forma alternativa de garantia de acesso à terra a grupos não atendidos pela reforma agrária (D'ANTONA, 2003), torna-se importante estudar como a criação de tais unidades afetam a mobilidade espacial e a redistribuição da população.

Contudo, estimar esta população traz desafios práticos que precisam ser enfrentados para um adequado acompanhamento da dinâmica das unidades e das populações residentes (D'ANTONA, et.al, 2013).

Efeitos das unidades de conservação na migração intermunicipal

Uma das primeiras premissas de uma Área Protegida (AP) é de que será instituída uma gestão de uso do solo específica para aquele espaço. Assim, enquanto espaços que regulam e normatizam as formas de uso e ocupação do solo, acredita-se que a existência de Áreas Protegidas cause efeitos na mobilidade espacial das populações do norte do Brasil, entre outros aspectos.

Tomando por base esta hipótese, realizou-se um estudo específico sobre os municípios do norte do Brasil, sua população migrante e suas porções de território tomadas por Áreas Protegidas. Neste primeiro momento entende-se por Áreas Protegidas todas as Terras Indígenas (TI) e as Unidades de Conservação de Proteção Integral (PI) e de Uso Sustentável (US).

Através de técnicas de geoprocessamento, associadas às técnicas de manipulação de dados populacionais, procurou-se analisar se há alguma correlação entre dados de migração da população de um município e sua cobertura de território tomada por Áreas Protegidas.

O primeiro passo para se ter conhecimento da quantidade, área e localização das Áreas Protegidas da região norte do Brasil foi a organização de bancos de dados geográficos; a base de dados vetoriais foi adquirida através dos *sites* do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que disponibiliza os arquivos referentes às Unidades de Conservação, e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde obteve-se os dados das Terras Indígenas.

Os arquivos vetoriais foram manuseados no *software* ArcGIS®, permitindo gerar

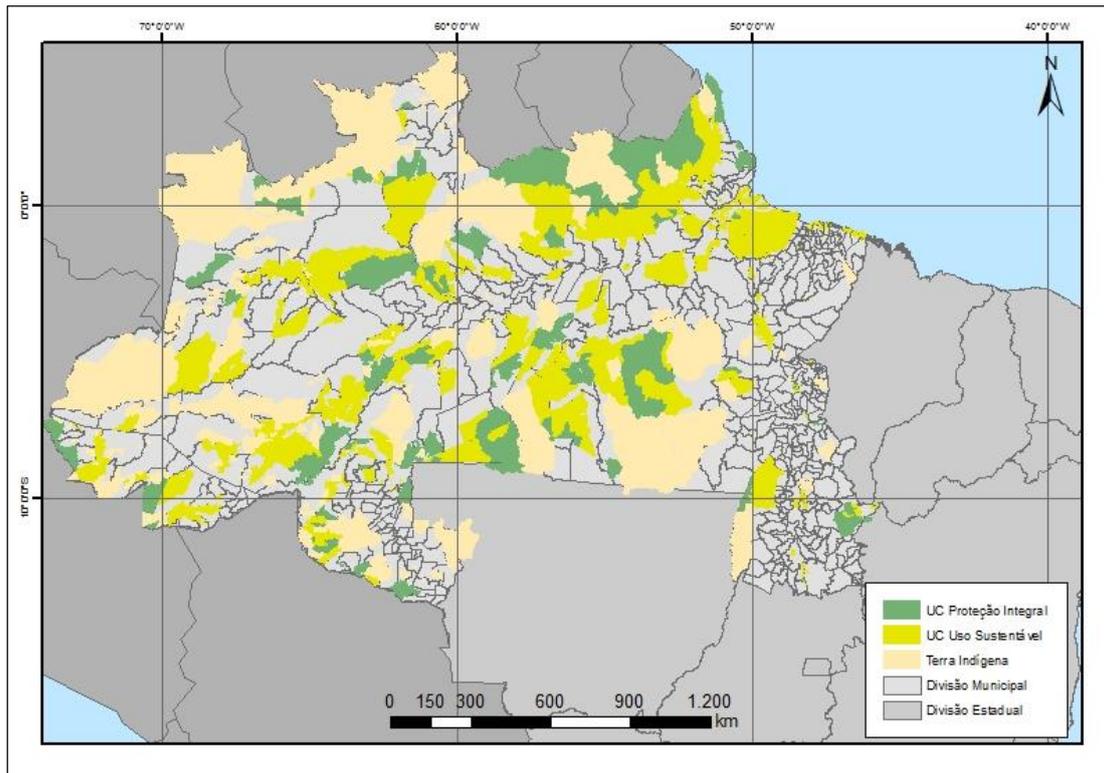
as tabelas utilizadas para a análise. Foram criados *shapes* contendo apenas as Unidades de Conservação homologadas até julho de 2015 e as Terras Indígenas regularizadas até julho de 2015.

Após padronizar a referência espacial de todas as bases de dados, fez-se necessário resolver problemas de sobreposições de Áreas Protegidas, já que um dos resultados esperados era a cobertura do município tomada por AP e as sobreposições de áreas duplicariam alguns valores. Através de técnicas de regras topológicas, técnica que prevê ajustar limites de feições, foi possível localizar as sobreposições; na topologia dentro do *shape* de UC foi eliminada a área referente à categoria de Uso Sustentável, dando preferência à categoria de Proteção Integral. Ao cruzar este *shape* com o de TI, foi dada preferência às TI. Assim, o ranking das regras topológicas foi: 1- Terras Indígenas; 2- UC de Proteção Integral; 3- UC de Uso Sustentável.

Através do uso de ferramentas específicas disponíveis no ArcGIS® foi possível obter a quantidade e a área ocupada das AP por município. Assim, a configuração final de território tomado por cada tipo de Área Protegida nos municípios do norte do Brasil está representada na Figura 1. Fazendo uso de técnicas e ferramentas explicitadas de forma sucinta anteriormente, tem-se que, do total de 449 municípios existentes na região norte do Brasil, 266 contam com ao menos uma Área Protegida em seu território, o que corresponde a 59% do total de municípios. Considerando todo o território da região norte do Brasil, que totaliza 3.916.918 km², aproximadamente 51%, ou 1.997.695 km², estão recobertos por Áreas Protegidas, já desconsiderando as situações de sobreposição de AP.

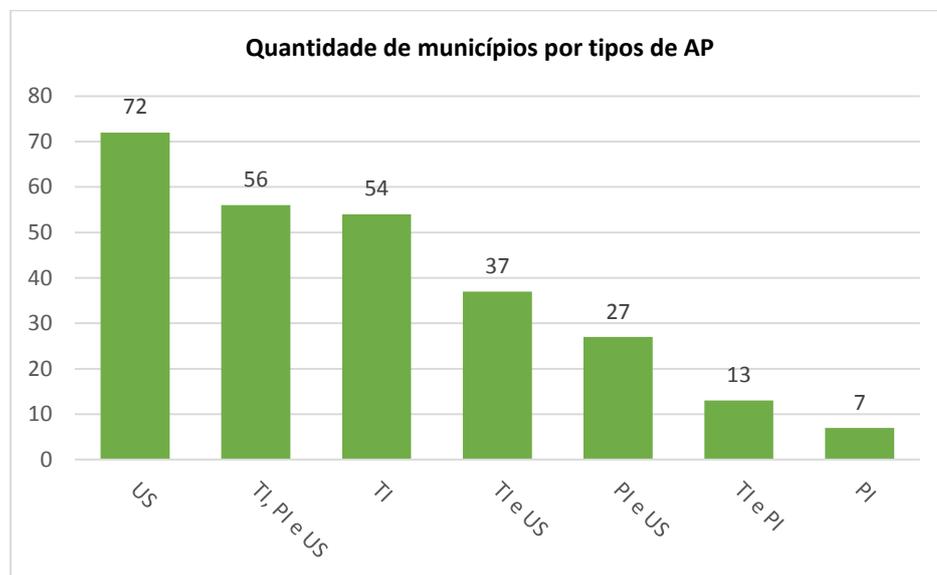
Devido à grande quantidade de Áreas Protegidas, muitos municípios contam com mais de uma AP em seu território, havendo municípios que contam com 24 AP, caso de Lábrea, no estado do Amazonas. Do total de municípios que possuem AP em seu território, 72 contam somente com AP de Uso Sustentável, 56 têm os três tipos em seu território, 54 têm apenas Terras Indígenas, 37 contam com TI e UC de Uso Sustentável, 27 possuem UC de Proteção Integral e de Uso Sustentável, 13 contam com TI e UC de Proteção Integral e 7 contém apenas AP de UC de Proteção Integral (Figura 2).

Figura 1 – Áreas Protegidas da região Norte do Brasil.



Fonte: Bases digitais ICMBio, FUNAI, IBGE; elaborado por Andressa Mendes Argenta.

Figura 2 – Gráfico de quantidade de municípios por tipos de AP, na região norte



Fonte: Bases digitais ICMBio, FUNAI, IBGE; elaborado por Andressa Mendes Argenta.

O histórico de migrações dos estados da região norte do Brasil esteve ligado a um fluxo influenciado por condições de oferta e procura de trabalho, sendo que grande parte da economia local está ligada à agropecuária. Em uma situação em que grande parte do território da região está condicionada a legislações de uso e ocupação do solo que impossibilita que a maioria das áreas seja utilizada diretamente para geração de renda, como no caso da agropecuária, pode-se considerar a hipótese de que esta limitação desestimule a economia local, o que pode refletir em maiores taxas de migração.

A análise quantitativa da migração, no presente trabalho, é baseada no referencial de saldo migratório. Através da manipulação dos dados do Censo 2010 foi possível obter-se o saldo migratório dos municípios da região norte, variável que considera o saldo entre os imigrantes, pessoas que fixaram residência no município desde cinco anos antes da coleta das informações (data-fixa) e os emigrantes, pessoas que residiam no município na data-fixa e na data de referência (data da coleta de dados do Censo) residiam em município diferente.

De posse destas informações foi gerada uma matriz migratória, resultando em uma tabela de 449 linhas e 449 colunas que cruza os municípios de origem e destino dentro da região norte. Desta forma tornou-se possível saber a quantidade de pessoas que imigraram e emigraram no período considerado, tendo como resultado que, dos 449 municípios da região norte do Brasil, 246 (55% do total) apresentaram saldo migratório positivo, ou seja, contaram com maior número de imigrantes que emigrantes, entre 2005 e 2010, e, conseqüentemente, 203 municípios (45% do total) tiveram saldo migratório negativo.

Para analisar se há uma relação entre o território municipal recoberto por Áreas Protegidas e seu saldo migratório, em 2010, foi utilizado o coeficiente de correlação linear, que mede a intensidade e a direção da relação linear entre duas variáveis quantitativas. O resultado varia de -1, que indica forte correlação negativa, a +1, que indica forte correlação positiva.

Assim, foi feito o cálculo do coeficiente de correlação linear entre o saldo migratório de cada município do norte do Brasil e a porcentagem do território municipal recoberto por Áreas Protegidas, resultando em um $r = 0,014$. Este valor aponta para uma baixa correlação entre os fatores analisados. Ao se considerar apenas os municípios que contam com Unidades de Conservação de Uso Sustentável, tem-se um total de 192 municípios e um valor de $r = 0,001$, indicando também uma inexistência de correlação

entre tais fatores. Um recorte contendo apenas os municípios que tem Resex em seu território, obtém-se um total de 80 municípios e um coeficiente de correlação igual a - 0,095, o que aponta para uma fraca correlação entre os fatores.

Sabe-se, porém, que os moradores de tais unidades apresentam padrões de mobilidade muito específicos, como será melhor explicado no próximo item do presente trabalho, que não são captados pelo Censo Demográfico. Desta forma, faz-se importante atentar para as limitações de certos tipos de dados dependendo da escala e do quesito trabalhado.

Além disso, de acordo com Cunha (sem data, p. 40), existem dois problemas fundamentais na utilização do quesito data-fixa para mensurar migração. Um deles está no fato de que não aparecem como migrantes, nesta modalidade, aqueles que saíram de uma determinada área “A”, durante o quinquênio de referência e voltaram para esta mesma área antes do final deste período. Ou aqueles que entraram numa determinada área “A” durante o intervalo e reemigraram para uma área “B” ou que tenha feito múltiplos movimentos migratórios até a data do censo, pois somente no local de residência na data do censo será a informação resgatada, perdendo-se parte das etapas intermediárias. Outro problema se refere a não captação de informação sobre migração de pessoas nascidas durante o intervalo nem aquelas que faleceram antes da data de referência do censo demográfico (CUNHA, sem data, p. 40).

Em suma, a escolha do melhor método e da melhor base de dados a serem utilizados em um estudo de dinâmica migratória irá variar de acordo com o objetivo do trabalho e da disponibilidade e confiabilidade dos dados.

Pelo exposto, consideramos ser de grande importância a realização de trabalhos e pesquisas de campo específicas nestas unidades de conservação, como o apresentado no atual artigo, referente à Reserva Extrativista Auati-Paraná, no estado do Amazonas.³ A unidade foi decretada em 7 de agosto de 2001 (portanto, depois do censo demográfico de 2000) e se situa nos municípios de Fonte Boa, Japurá e Marã. Os dados populacionais e saldo migratório de cada município está apresentado na Tabela 1.

³ O Amazonas é o segundo estado com maior número de Reservas Extrativistas, contando com um total de 13 unidades, sendo 9 de gestão federal e 4 de gestão estadual.

Tabela 1 – População total, imigrantes e emigrantes nos municípios da RESEX Auati-Paraná

Município	População Total	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Fonte Boa	22.817	623	669	-46
Japurá	7.326	220	287	-67
Maraã	17.528	372	1.035	-663
TOTAL	47.671	1.215	1.991	-776

Fonte: Censo 2010 IBGE.

Pode-se observar que os três municípios apresentam saldo migratório negativo, ou seja, mais habitantes saíram do município para fixar residência em outro local do que novos habitantes de instalaram no município, considerando o período de 2005 a 2010. Considerando aqueles que residiam em Fonte Boa em 2005 e que em 2010 residem em outro município, tem-se que os principais municípios que absorveram os emigrantes foram: Manaus (42% do total de emigrantes), Juruá (12% do total de emigrantes) e Tefé (12% do total de emigrantes).

Ao se considerar os emigrantes de Japurá, tem-se que, daqueles que habitavam o município em 2005 e que fixaram residência, até 2010, em outros municípios do norte do Brasil, a maioria foi para Maraã (35% do total); o fluxo migratório para outros municípios é insignificante, indicando que a maioria dos emigrantes tenha se instalado em outras regiões do país. Dentre os emigrantes de Maraã, a maioria se deslocou para Tefé (56% do total), Manaus (27% do total) e Amaturá (6% do total).

Não é possível, a partir da análise geral apresentada com dados municipais da região Norte e dos três municípios onde se situa a Resex destacada, afirmar que unidades de conservação afetam a migração intermunicipal. Tal limitação motiva o estudo de caso, a seguir.

A Reserva Extrativista Auati-Paraná

As condições de vida e as regras de uso dos recursos naturais em uma unidade de conservação como a Resex podem se tornar um fator de retenção-atração ou de expulsão de moradores. Por um lado, o direito ao uso da terra pode ser um atrativo, pois a segurança que tal direito proporciona minimizaria o desejo de ocupantes tradicionais deixarem a área – em direção às cidades, por exemplo – e poderia atrair novas famílias para o interior das unidades, apesar de a entrada de moradores ser regrada por normas estabelecidas pelas comunidades e pelo órgão gestor de cada reserva. Por outro lado, o conjunto das regras de uso, incluindo as restrições legais inerentes à categoria de Resex,

outubro e novembro de 2015. O levantamento de dados foi desenvolvido em duas fases. A primeira fase refere-se ao reconhecimento da área de estudo, e serviu de suporte para segunda etapa da pesquisa. Os instrumentos foram: a) entrevista; b) reuniões comunitárias e técnicas de abordagem grupal; c) registro audiovisual.

Nas duas fases da pesquisa, foram utilizados questionário: na primeira um questionário coletivo, e na segunda um questionário domiciliar. O questionário coletivo, continha 19 questões e tinha como grupo focal moradores mais antigos e lideranças da comunidade. O questionário domiciliar continha 60 questões, foi aplicado por unidade domiciliar (nas comunidades Murinzal e Vencedor), o entrevistado respondia as questões referentes ao “Dono” e a “Dona” da UD, buscando entender aspectos da mobilidade, características do domicílio, e percepções a respeito da criação da Resex. Ao todo foram realizadas 17 entrevistas coletivas, e 54 entrevistas domiciliares.

O estudo está integrado ao trabalho de doutorado da pesquisadora Heloisa Corrêa, vinculada ao programa de pós-graduação em demografia da Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa de doutorado busca entender a mobilidade e distribuição da população em Unidade de Conservação na Amazônia brasileira, a partir do estudo caso na Resex Auati-Paraná. Um dos objetivos centrais da pesquisa é verificar se as populações tendem a sair ou permanecer em Unidades de Conservação a partir do momento em que o ambiente em que elas vivem passa a ser regulado por regras de uso dos recursos naturais, uma vez que a subsistência dessas populações está diretamente associada ao uso dos recursos naturais para o sustento de suas famílias (LIMA; AIRES, 1994; LIMA; ALENCAR, 2000).

As populações que vivem na Resex Auati-Paraná são compostas por migrantes, principalmente vindos da região norte e nordeste do país, que se estabeleceram na região no segundo ciclo da borracha (1943/1945), e ainda os remanescentes dos programas de colonização da Amazônia durante a década 1970. Existe ainda uma parte da população de origem indígena, que antes do processo de criação da Resex não haviam se declarado, atualmente três comunidades dentro dos limites da Resex tem reivindicado junto a Fundação Nacional do Índio, o reconhecimento de seus territórios.

As comunidades da Resex refletem um sistema de organização comunitária oriundo do trabalho da igreja católica por meio das prelaças. De acordo com Silva (2014) essa forma de organização social em comunidade, apresentava um diferencial pautado na apropriação do discurso ambiental como um modelo eficaz de combate aos madeireiros, proprietários de frigoríficos, regatões ou antigos “patrões” seringalistas, e

foram responsáveis por provocarem mudanças nos padrões de comportamento e concepção do espaço, estabelecendo um arcabouço de normas, valores e ações que resultaram na criação de Reservas Extrativistas no Estado do Amazonas, e nos municípios de Carauari, Juruá, Jutai e Fonte Boa.

Embora predomine a forma de organização em comunidades, ainda existem moradores que preferem manter seu domicílio fora das comunidades, não se agregando a essa forma de organização, optando por viver “isolado”. Consideram a vida em comunidade muito agitada, e preferem o sossego do lugar. No entanto, com a criação da reserva alguns moradores que viviam isolados, optaram pela vida em comunidade, para terem acesso aos programas de manejo da reserva (como o manejo do pirarucu).

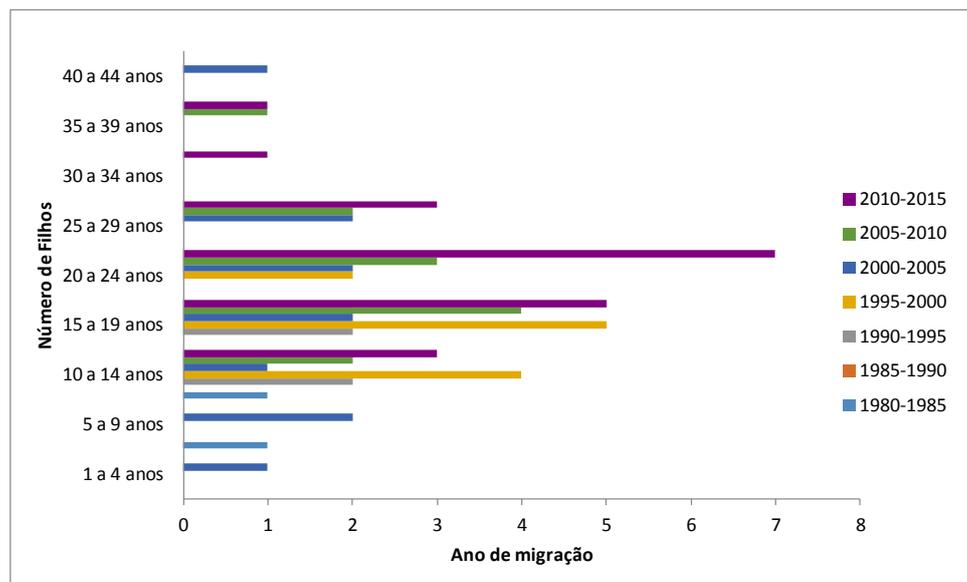
A criação da reserva trouxe uma série de mudanças, do ponto de vista social. Os moradores consideram ter mais chances de acesso a benefício do governo (Pronaf, bolsa família, aposentadoria) por serem moradores de Unidade de Conservação. Agregado a essas mudanças, também vieram as decepções, depositadas na expectativa em melhorar a renda, acreditando que os programas, em benefício econômico atribuído a preservação dos recursos, estariam disponíveis logo após a criação da Resex. Na expectativa frustrada, muitos moradores recorrem a vida nas cidades, ou buscam na própria comunidade suprirem as dificuldades e limitações enfrentadas.

Muitas famílias acabam mantendo dois domicílios: um na comunidade (considerado o permanente) e outro na cidade. O domicílio na cidade serve de apoio aos demais membros da família. No período da cheia do rio, por exemplo, as famílias com casa na cidade, acabam permanecendo na cidade, e retornam à comunidade quando o nível do rio diminui o volume. A dupla residência é muito comum entre as populações na Amazônia, estas mantêm uma relação de trocas econômicas e relações sociais entre membros da mesma família e membros da mesma comunidade. Os moradores que migram para as cidades, dificilmente cortam os laços com a reserva.

A partir de 2001 podemos perceber que tem ocorrido a saída de moradores da Resex (Figura 4). Esse número somou 40% da população entrevistada. Os dados se referem aos domicílios que declararam ter algum membro da família morando fora da Reserva. Dentre as 54 entrevistas realizadas, em 23, declararam ter algum membro que não mora na mesma unidade doméstica. Essa relação é bastante comum, os filhos (frequentemente jovens) deixam a comunidade para morar na cidade almejando melhores oportunidades de estudo e trabalho, mantendo uma relação entre a cidade e a comunidade.

Na década de 1990 a população de faixa etária entre 15-19 anos, eram os que deixavam a comunidade para ir morar na cidade, esse cenário tem sofrido algumas mudanças. Atualmente os jovens na faixa etária de 20-24 anos são os que mais têm saído da comunidade. O principal destino de migração são os municípios de Tefé, e Manaus, por serem municípios que oferecem melhores oportunidades para dar continuidade aos estudos, e ter acesso ao mercado de trabalho.

Figura 4: Faixa etária e ano de saída da migrante da Resex Auati-Paraná



Fonte: Levantamento na Resex Auati-Paraná – realizado por Heloísa Correa

Ainda que os dados apontem para a saída de população da reserva, existe parte dessa população optando em permanecer nas suas comunidades, motivados principalmente pela garantia de uso da terra. A permanência dessas populações na reserva, não impedem a forte relação com urbano. Essa relação nos remete a conexão que existem entre o rural e o urbano na Amazônia, onde não existe necessariamente uma migração de fato, mas as relações familiares e a conexão das redes de parentesco demonstram que a população nessas áreas não escolhe entre o rural ou urbano, mas mantém uma dinâmica entre as duas zonas na tentativa de suprir em um a carência do outro.

Os deslocamentos sazonais ocorrem com mais frequência entre a comunidade e o município de Fonte Boa, considerado o município mais próximo à reserva e de fácil acesso em termos de horas de viagem, onde uma viagem, utilizando um motor com potência de 12hp, dura em média 8 horas de viagem ou ainda 10 horas partindo da

comunidade mais distante. As comunidades não dispõem de transporte contínuo, e o deslocamento ocorre por meio de transporte próprio, e por sistema de caronas, ou ainda, pela compra de passagens oferecida por moradores que dispõem de transporte particular, sendo cobrado R\$20,00 (vinte reais) por pessoa.

Essas dinâmicas funcionam para essas populações como uma estratégia de sobrevivência, onde diante das dificuldades e limitações encontradas no ambiente em que vivem recorrem a alternativas possíveis. A ajuda mútua e a vivência em comunidade facilita esse modo de organização, que independentemente de as populações estarem condicionais ou não a vida em uma reserva, vão ocorrer de maneira livre conforme as transformações e necessidades para garantir a subsistência/sobrevivência da família.

No que se refere à chegada de novos moradores na Resex, os dados não apontaram registros. A entrada de população de fora da Resex não é proibida. No entanto, a chegada de novos moradores esta condiciona a regras de convivência estabelecida no plano de manejo. Tais regras também valem para moradores de outras comunidades dentro da Reserva – caso o migrante não tenha nenhuma relação de parentesco com moradores daquela comunidade. No entanto, essa restrição dificilmente ocorre, pois a migração “intracomunidade” ocorre pela união conjugal, e os cônjuges decidem qual comunidade desejam estabelecer moradia⁴. No caso de um dos cônjuges vir de fora da Reserva, este pode usufruir dos mesmos direitos dos demais moradores por estar em união com o membro da comunidade.

Outro fator que influencia na mobilidade da população da Resex Auati-Paraná se refere ao ambiente em que as comunidades estão localizadas. Como mencionado anteriormente 53% das comunidades da reserva localizam-se no ambiente de várzea⁵. De acordo com Lima e Alencar (2000); Pinedo-Vazques et al (2008), em ambientes de várzea as famílias estão sempre prontas para a possibilidade da mudança, desmontando casas, abandonando comunidades e recomeçando sua vida em novas localidades. Tais mudanças estão associadas a “efemeridade das margens dos cursos de água, assim como das áreas agrícolas e agroflorestais, e em função de incertezas fundiárias e de

⁴ Não existe nenhuma restrição quanto a construção de novas moradias. No entanto, está regra vale apenas para cônjuges. A população solteira permanece no mesmo domicílio de nascimento até o casamento. Pode ocorrer ainda, a permanência, de cônjuges recém-casados no domicílio do sogro/sogra, até conseguirem recursos para construção da moradia, dado a restrição para retirada de madeira para construção de casas. As unidades domésticas nas comunidades em estudo são compostas por mais de uma família, sendo identificado até três famílias no mesmo domicílio.

⁵ A várzea é a planície aluvional propriamente dita ou o leito maior dos rios; é a região sujeita, parcial ou totalmente, às inundações anuais e o seu solo é constituído de sedimentos quaternários depositados anualmente pelo rio (FRAXE et al, 2008:3).

oportunidades para trabalho e mercados” (PINEDO-VAZQUES et al, 2008).

As comunidades na reserva estão condicionadas a essa dinâmica, podemos citar um caso de uma comunidade que teve de mudar sua localização por ter suas casas levadas pelo fenômeno da terra caída (Comunidade Cordeiro). E muitos moradores, chegam a mudar suas casas de lugares para não correr esse risco, propício ao período da cheia do rio.

Diante do exposto, podemos considerar que a dinâmica populacional observada na Resex Auati-Paraná ocorre em virtude de dinâmicas já existentes entre as populações que vivem na área de várzea na região do médio Solimões, e pela articulação entre distintos locais de residência, e tais tendências influenciam na dinâmica rural e urbana, e pode ser compreendida pela ocorrência de deslocamentos sazonais.

Ao contrário do que esperamos em relação a saída de população após a criação da Resex, não podemos associar essa migração exclusivamente a criação da Resex, pois muitas pessoas já estavam saindo de suas comunidades antes da Resex ser criada. Os motivos pelos quais as pessoas optam por sair estão relacionados à disponibilidade ou precariedade dos serviços de educação e saúde disponíveis nessas comunidades, bem como pela efemeridade do ambiente em que vivem. A dinâmica populacional na Resex Auati-Paraná inclui a multilocalidade da unidade doméstica e a dupla residência, dentre outras estratégias familiares que transcorrem nos espaços de vida de seus integrantes.

Considerações finais

O caso da Reserva Extrativista Auati-Paraná, lança luz a distintos aspectos relativos à mobilidade espacial e à redistribuição da população, tendo por parâmetro o ano de criação da unidade. Pela frequência e pelo caráter intramunicipal da mobilidade e da organização espacial dos moradores registradas localmente, essas não podem ser capturadas nos censos. Apesar de os dados indicarem que moradores deixaram a Resex – e ou que se estabelecem fluxos recorrentes entre porções dentro e fora das unidades – o trabalho de campo não permite concluir que a criação da unidade levou a mudanças expressivas na distribuição da população, nem que motivou o êxodo populacional, mesmo que os dados censitários mostrem saldo migratório negativo nos três municípios onde se situa a unidade de conservação.

Nesse sentido, os dados de campo não contrariam o que se observou com a fraca correlação do saldo migratório municipal e a existência de áreas protegidas em

cada município, obtida na análise regional. Levando-se em conta o saldo migratório, o resultado sugere que tais unidades – Resex, inclusive – não causam especial impacto na população.

Os resultados obtidos nos motivam a, por um lado, ampliar o número de casos estudados empiricamente; por outro, a aperfeiçoar a análise dos dados censitários. Outros estudos de caso – principalmente de unidades mais antigas – permitirão verificar se processos vistos em Auati-Paraná se repetem. Incorporar outras variáveis do censo – e de outros censos – e aperfeiçoar as técnicas para tratamento dos dados, controlando aspectos como ano de criação e outros atributos das áreas protegidas, tornarão as análises mais robustas e, possivelmente, mais sensíveis a eventuais efeitos das áreas protegidas nas populações que tradicionalmente residiam nos locais onde foram criadas. Tais extensões, nos dois planos, poderão levar a uma mais integrada visão das dinâmicas nas áreas protegidas com efeitos positivos nos estudos das questões de população e ambiente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, A. **Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Florestal Sustentável**. Instituto de Economia - UNICAMP (Mestrado em "Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente"). 2003.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR

ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999

BROWN, K; CARDOSO, A. **Aspectos Ecológicos da Proposta de Reserva Extrativista do Tejo, Acre**. Relatório à Procuradoria-Geral da República. Manuscrito. 1989

CIRNE, M; SOUZA, A. O que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.11, n.21, p.75-106, Janeiro/junho de 2014.

COELHO, M; et. al. Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: **Unidades de Conservação: Abordagens e características geográficas**. Ed. Bertrand Brasil. São Paulo: 2009.

CUNHA, C; LOUREIRO, B. Reservas extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. **Theomai**, núm. 20, 2009, pp. 169-185

CUNHA, A. **Os censos demográficos brasileiros e a evolução dos quesitos de migração, suas potencialidades e suas limitações, 1872-2010**. Disponível em: <http://www.academia.edu/8922730/Os_censos_demogr%C3%A1ficos_brasileiros_e_a_evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_quesitos_de_migra%C3%A7%C3%A3o_suas_potencialidades_e_suas_limita%C3%A7%C3%B5es_1872-2010> Acesso em abril de 2016.

D'ANTONA, A. **Garantir terra, garantia de Terra?** Reservas extrativistas na Amazônia Legal. UNICAMP. Campinas, 2003.

D'ANTONA, A.; DAGNINO, R. S.; BUENO, M. C. Distribuição da população e cobertura da terra: o lugar das Áreas Protegidas no Pará, Brasil em 2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, p. 563-585, 2015.

D'ANTONA, A; BUENO, M; DAGNINO, R. Estimativa da população em unidades de conservação na Amazônia Legal brasileira – uma aplicação de grades regulares. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 401-428, jul./dez. 2013

ESCADA, M; VIEIRA, I; KAMPEL, S; ARAÚJO, R; VEIGA, J; AGUIAR, A; VEIGA, I; OLIVEIRA, M; PEREIRA, J; FILHO, A; FEARNSSIDE, P; VENTURIERI, A; CARRIELLO, F; THALES, M; CARNEIRO, T; MONTEIRO, A; CÂMARA, G. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia: (o interflúvio do Xingu/Iriri). **ESTUDOS AVANÇADOS**, 19 (54), 2005.

FRAXE, T; MEDEIROS, C; SANTIAGO, J; CASTRO, A. Terras e águas: gestão de recursos comuns na várzea amazônica. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 01 a 04 de junho, Bahia, Porto Seguro, 2008. Acesso em: 25 de Abril de 2016. Disponível em: <http://goo.gl/cvvxxf>

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Auati-Paraná**. CDDI/IBGE, janeiro de 2011.

LIMA, D e ALENCAR, E. Histórico da Ocupação humana e Mobilidade Geográfica de assentamentos na área da Estação Ecológica Mamirauá. In: TORRES, H.; COSTA, H. (org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. 2. Ed. São Paulo, SP: SENAC São Paulo, 2000.

LIMA-AYRES, D. ALENCAR, E. Histórico da Ocupação humana e Mobilidade Geográfica de assentamentos na área da Estação Ecológica Mamirauá. **Anais do IX Encontro Nacional da Abep**, Volume II, Caxambu, 1994.

LOUREIRO, Violeta R.; PINTO, Jax N. A. A questão fundiária na Amazônia. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo , v. 19, n. 54, agosto de 2005.

MACIEL, B; REYDON, P; COSTA, J; SALES, G. Pagando pelos Serviços Ambientais: Uma proposta para a Reserva Extrativista Chico Mendes Raimundo Claudio Gomes. **Acta Amazônica**, VOL. 40(3) 2010: 489 – 498

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de UC**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>> Acesso em abril de 2016.

PINEDO-VASQUEZ, M.; PADOCH, C.; SEARS, R. R.; BRONDIZIO, E. S.; DEADMAN, Peter. Urbano e rural: famílias multi-instaladas, mobilidade e manejo dos recursos de várzea na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 11, n. 2, p. 43-56, dez. 2008.

QUEIROZ, H. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **ESTUDOS AVANÇADOS**, 19 (54), 2005

RODRIGUES, E; PEREIRA, L. Propensão à sustentabilidade em Reservas Extrativistas do Acre. In: **Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte**. Belém, setembro de 2010. Disponível em <<http://sbsnorte2010.ufpa.br/site/anais/ARQUIVOS/GT3-23-11-20100815192218.pdf>> Acesso em abril de 2016.

SILVA, K. Conscientização, tradição e desenvolvimento: a luta pela terra, o uso dos recursos naturais e conflitos em Unidades de Conservação no estado do Amazonas. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, 6(1): p. 1-24 2014.